



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO PELA VIDA DAS JUVENTUDES

DATA: 27/10/17

Realizador: Comissão Especial de Estudos - Homicídios de Jovens Negros e Pobres

Local de realização: Plenário Amyntas de Barros

8h30min - Credenciamento

9h16min - Abertura

Apresentação de Rap: EAZY C.D.A - MC, produtor musical/cultural, representante da cultura *hip hop* desde 1991 e criador da produtora e gravadora Xequê Mate Produções, fundada em 1997.

9h28min - Abertura Regimental

Composição da mesa:

- o vereador Arnaldo Godoy;
- a vereadora Áurea Carolina;
- o diretor de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude, Antônio Augusto Garcia Veríssimo, representando o governador Fernando Damata Pimentel;
- a superintendente de Políticas Territoriais de Prevenção Social a Criminalidade, Flávia Mendes, representando a subsecretária de Estado de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Abreu Gomes;
- Márcio Eustáquio Antunes Souza, representando o presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur, Aluizer Malab;
- a gerente do Centro de Referência da Juventude - CRJ, Samira Ávila;
- a diretora de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, Márcia Alves;
- a gerente do Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do Nado e coordenadora do Festival de Arte Negra - FAN, Rosália Diogo, representando o secretário municipal de Cultura, Juca Ferreira;

- a vereadora Cida Falabella.

O vereador **Arnaldo Godoy** disse esperar que, a partir dos trabalhos realizados pela Comissão Especial de Estudo Homicídio de Negros e Pobres, elaborarem propostas e encaminhamentos para subsidiar as políticas públicas de Estado para que possam ter compromisso com a juventude e lhes oferecer qualidade de vida. Informou que é presidente dessa comissão e que a vereadora Áurea Carolina é a relatora. Disse que, no dia 30/11/17, a comissão irá apresentar um relatório com resultado final dos estudos realizados.

A vereadora **Áurea Carolina** considerou que a situação dos jovens negros no País é crítica e há anos vem se agravando. Questionou como irão lidar com a matança de jovens negros e pobres na cidade de Belo Horizonte. Observou que várias reuniões e seminários foram feitos e este seminário representa o encerramento desses trabalhos. Considerou serem necessárias políticas intersetoriais para promover a vida das juventudes e a prevenção da violência. Observou que é muito importante a presença da cidade para apresentar suas demandas e fazer o controle social no debate e na votação do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Disse que nesta semana aconteceu um caso brutal de violência contra um jovem negro chamado Lucas Aguiar, filho de uma militante feminista. Relatou que o jovem foi surpreendido pela invasão de sua casa por policiais descaracterizados que o agrediram e agrediram também sua irmã militante. Considerou que o atual modelo de políticas sobre drogas, dentre outras coisas, contribui para o agravamento da violência contra os jovens.

A vereadora **Cida Falabella** considerou que o trabalho realizado por esta comissão é um dos trabalhos mais consistentes realizados na CMBH. Observou que o trabalho dos vereadores não é apenas fazer leis. Declarou que a história brasileira é uma história de violência e golpes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Antônio Augusto Garcia Veríssimo expressou sua felicidade por estar presente neste seminário. Considerou que por mais que “a problemática esteja em um momento pesado”, é importante ver a evolução e o aprofundamento dos debates. Declarou que a economia e a juventude são coisas que andam automaticamente juntas. Observou que o Brasil tem grande parte da sua população jovem. Considerou que o tráfico de drogas, muitas vezes, oferece mais oportunidades à juventude do que o mercado de trabalho e, por isso, é necessário pensar em políticas de trabalho para a juventude.

Flávia Mendes disse que a política de prevenção à criminalidade aposta que é possível a prevenção da criminalidade e da violência a partir de ações estratégicas que contem com a participação de outras políticas públicas. Informou que essa política é executada por meio de quatro programas: Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - Ceapa, Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp, Programa de Mediação de Conflitos e o Fica Vivo. Destacou as ações realizadas pelo Programa Fica Vivo e disse que esse programa defende a ideia da vida como um direito. Considerou que não é possível fazer uma segurança cidadã sem a articulação com outras políticas públicas.

Márcio Eustáquio Antunes Souza informou que a Belotur tem dois produtos principais que são voltados para os jovens, que são o Carnaval e o Arraial de Belô. Disse que precisam ouvir e entender os jovens, e que, assim, a Belotur estava neste seminário mais como ouvinte. Observou que o genocídio da juventude negra é muito antigo e que uma epístola papal do ano de 1497 considerava que o negro não tinha alma e estava condenado à servidão eterna, sendo que quem o escravizasse ou matasse não precisava se arrepender. Destacou que esse é um dos motivos pelo qual o Estado deve ser laico. Observou que até hoje o negro é assassinado quando não tem mais utilidade para o branco. Reafirmou que a matança dos negros ocorre desde antes de o Brasil existir. Observou que o negro não apenas sobreviveu à matança como é a maioria no Brasil. Relatou situação em que sofreu



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

preconceito por ser negro em um cargo de representante da Prefeitura.

Samira Ávila destacou a importância de bons diagnósticos e de estudos rigorosos para a construção de políticas públicas. Considerou que o poder público muitas vezes trata a juventude como algo abstrato. Saliu que precisam investir em diagnósticos e estudos rigorosos para que não ocorram erros históricos nas Políticas Públicas de Juventude - PPJ. Disse perceber que existe um movimento contemporâneo de descrença política e, por isso, os espaços políticos devem ser pensados de outras formas. Ressaltou ser importante o fortalecimento do Conselho Municipal de Juventude. Lembrou que esse conselho já foi forte e já pautou as políticas públicas. Declarou que o CRJ está aberto há pouco mais de um ano, é um sucesso, mas não possui recursos. Informou que o CRJ recebe cerca de 12 mil jovens ao mês, com um orçamento apenas de custeio. Saliu que precisam conseguir produzir ações de formação e produção no CRJ.

Márcia Alves observou que os homicídios acontecem nos mesmos lugares e com as mesmas pessoas há muito tempo e, por isso, considerou ser necessário entender suas motivações e causas. Disse possuir a oportunidade e o desafio de contribuir para a política municipal de segurança. Destacou ser necessário ter uma escuta qualificada e produzir algum tipo de resposta para a sociedade, especialmente para o público que possui demandas e precisa de proteção. Considerou a importância de construção de uma política local, nos territórios. Afirmou que a guarda municipal está disposta ao diálogo. Disse acreditar que os desafios para a redução da violência na cidade são enormes, mas que as possibilidades de trabalho também são grandes.

Registrou-se a presença do vereador **Jair Di Gregório**.

Rosália Diogo comentou a agressão ao jovem Lucas Aguiar. Solicitou um minuto de silêncio devido à situação vivenciada pelo jovem nesta semana. Informou que trabalha na Prefeitura de Belo Horizonte - PBH há três décadas. Considerou que pautas como essas não cabem apenas a determinado setor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

resolver, mas precisa de políticas intersetoriais. Agradeceu aos vereadores Arnaldo Godoy, Áurea Carolina e Cida Falabella pelo trabalho realizado. Disse que o secretário municipal de Cultura, Juca Ferreira, ouviu vários setores das sociedade, inclusive a juventude. Considerou que a arte e cultura negras são a base da sociedade brasileira.

10h30min - Aulão: Pela Vida das Juventudes

Palestrantes:

- a militante e estudante de pedagogia Ayana Omi;
- o doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - UPERJ, Luís Flávio Saporì.

Mediadores: vereadores Arnaldo Godoy e Áurea Carolina.

Síntese da palestra:

Ayana Omi disse ser militante do movimento negro desde sempre. Ressaltou a importante de se fazer uma análise de como a população negra foi trazida para o Brasil, pois considera que a juventude negra teve a sua vida negada desde o início. Lembrou que vários irmãos negros suicidaram nos navios negreiros e que estes eram submetidos a situações deploráveis e desumanas. Abordou os processos de eugenismo e de higienização ocorridos em massa no Brasil. Disse que desde o século XX a Europa investe fortemente no branqueamento da população. Afirmou que a miscigenação é fruto do estupro de mulheres negras. Disse que os brancos consideravam que a população negra não era digna de viver e era tratada como seres que não possuíam cérebro. Ressaltou que ainda existem pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão. Considerou que os navios negreiros viraram os camburões da polícia atuais. Declarou que a situação dos presídios no Brasil também é uma ação de higienização. Informou que 60% da população carcerária é negra. Disse que pessoas que não possuem nenhum ato infracional são consideradas como bandido e que as prisões são escolas para a bandidagem. Observou que o Brasil ainda possui a cultura do estupro. Disse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

inspirar-se no livro *Tornar-se negro*, da escritora Neusa Santos. Considerou que assumir-se negro é um processo contínuo. Disse que os negros precisam assumir cargos de gestão e governamentais para que possam determinar seus próprios passos. Ressaltou que não tem como discutir a questão social, sem discutir os privilégios da branquitude e que os brancos têm de reconhecer seus privilégios. Questionou se os negros nas academias são apenas objeto de estudo ou se possuem lugar de fala. Cobrou dos negros uma atuação mais efetiva de valorização da sua cultura e de suas origens. Conclamou todos a contribuírem com a produção cultural e acadêmica e a auxiliarem outros a também terem acesso à educação e à cultura. Criticou as propostas de redução da maioria penal e disse que essa medida só serviria para perpetuar o genocídio da juventude negra e a promover uma higienização da sociedade. Comentou sobre o projeto Valores de Carolinas - inspirado na escritora Carolina de Jesus - que vem desenvolvendo com jovens em privação de liberdade, no qual incentivam esses jovens a escreverem sua história e suas ideias. Afirmou que precisam de iniciativas de longo prazo para terem resultados efetivos. Considerou que o *rap* e o *funk* contribuem para a libertação dos jovens nas periferias. Observou que quando um jovem branco canta algo da periferia vende muito, mas se um negro canta não vende. Cantou um trecho de uma música dos Racionais Mc's.

Luís Flávio Saporì parabenizou Ayana Omi pela importância de sua fala. Considerou que sua jovem liderança é significativa. Afirmou que precisam de soluções para o problema tratado e que já possuem diagnóstico claro do que está ocorrendo. Informou que os jovens negros e indígenas têm sofrido com o aumento de violência nos últimos vinte anos. Disse que de 1995 para 2014 os casos de violência dobraram. Considerou que existe algo perverso na história recente do Brasil e declarou não possuir dúvidas de que seja o tráfico de drogas. Considerou que o Estado mata muito no Brasil e que a polícia brasileira é das mais letais no mundo, entretanto afirmou que o maior número de homicídios de jovens negros não tem sido pelo Estado, e sim que os jovens negros estão se matando e que a principal motivação é o tráfico. Afirmou que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a violência e os homicídios estão se tornando um fator de exclusão social. Considerou que a redução da violência é prioridade zero no Brasil e afirmou que enquanto não se reduzir a violência não se irá diminuir a desigualdade social. Afirmou que é a Segurança Pública deve ser prioridade, talvez antes mesmo de áreas como a Saúde. Considerou que a União deve ter responsabilidade e iniciativa para a redução da violência no Brasil, por meio de um plano nacional de redução da violência. Disse que é necessário reduzir a impunidade e que o tempo médio entre o homicídio e o julgamento é de nove anos. Declarou que a morosidade do judiciário é algo pecaminoso e que o tempo médio para o julgamento deveria ser de no máximo de dois anos. Disse que a sociedade deve dar uma mensagem clara aos seus cidadãos de que matar é proibido e que a vida humana é o que há de mais importante. Informou que a polícia investiga menos de 15% dos homicídios. Considerou que não basta reduzir a impunidade, mas que precisam evitar que os jovens sejam cooptados pelo tráfico de drogas e, para isso, precisam investir na prevenção social da violência. Considerou que a questão da violência não deve ser tratada apenas com políticas sociais convencionais, em escolas, centros de Saúde e com a promoção do acesso a outras políticas. Afirmou que o tráfico de drogas no Bairro Serra domina condomínios habitacionais. Disse ser necessário a curto prazo projetos territoriais que empoderem a comunidade local e tenham como público-alvo principalmente os jovens de cerca de 12 anos de idade. Afirmou que é necessário oferecer a esses jovens alternativas sedutoras para não iniciarem a carreira no tráfico de drogas. Considerou que os alunos “ruins” e infrequentes não devem ser excluídos dos projetos sociais, pois são justamente eles que precisam de mais atenção. Disse que a prevenção social pode atender a esses jovens. Salientou que é necessário criar alternativas para que os jovens tenham renda. Considerou que a legislação federal sobre o jovem aprendiz deve ser repensada, pois, segundo ele, é muito restritiva e prevê salários baixos. Disse que muitas empresas não conseguem cumprir as cotas destinada a jovens aprendizes. Considerou que a boa prevenção social deve ocorrer em alta escala e que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pequenos projetos sociais não mudam a realidade. Salientou que para ter escala é preciso ter dinheiro e para isso é preciso ter governo. Disse esperar que o próximo governo coloque a prevenção social como diretriz básica para o País.

O vereador **Arnaldo Godoy** considerou as falas como provocativas e instigantes.

A vereadora **Áurea Carolina** declarou que é necessário pensar em como construir políticas públicas para a segurança desses jovens. Disse que o modelo de segurança pública atual - baseado em repressão - possui muito mais recursos financeiros do que áreas de promoção de direitos.

11h23min - Debate

Em resposta às perguntas, provocações e intervenções oriundas do público:

Ayana Omi comentou a questão da impunidade. Considerou que o punitivismo não resolve e que o sistema prisional existe apenas para punir e não para educar. Reafirmou que o sistema prisional é uma forma análoga à escravidão. Disse acreditar que o debate deve contemplar a questão racial, senão não será debatido o racismo. Defendeu a importância de políticas de ações afirmativas, sobretudo localizadas. Questionou a situação das escolas e dos professores públicos do País. Considerou que o problema da violência é educacional. Disse que o aluno não chega na escola sozinho, pois leva um pouco da sua comunidade e da sua realidade. Declarou que a única forma de mudar a realidade é por meio da educação.

Luís Flávio Saporì disse trabalhar com segurança pública há cerca de trinta anos. Considerou que a omissão do Estado em relação à segurança também mata. Apresentou estatísticas relativas à violência no País. Disse que analisou mais de 500 homicídios investigados pela polícia nos últimos anos e ficou chocado com as motivações desses homicídios. Declarou que muitos são por motivos banais, vingança ou tráfico de drogas. Abordou os problemas provocados pelo fácil acesso às armas de fogo. Afirmou que a segurança



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pública deve impedir a entrada ilegal e o uso de armas no Brasil. Disse que, de acordo com pesquisa recente, mais da metade da população brasileira quer ver bandido morto. Considerou que o problema não é o uso de drogas e sim o tráfico e, por isso, não basta legalizar as drogas. Considerou já ter recebido provocações desnecessárias e desrespeitosas do público e ter percebido preconceitos contra a academia e o trabalho já feito pela segurança pública de Minas Gerais. Disse se orgulhar de ter sido um dos criadores do Programa Fica Vivo, que já salvou mais de cinco mil vidas. Lamentou sentir não poder contribuir mais para o debate.

A vereadora **Áurea Carolina** disse que tem feito esforço para colocar diversas perspectivas em encontro para que o debate saia dos lugares comuns. Considerou que é importante entender que a academia historicamente é uma instituição colonial que reproduz o pensamento da classe dominante; entretanto, há pessoas nas universidades com outro posicionamento. Afirmou que foi importante a participação de Luís Flávio Saporì no seminário. Declarou que o racismo e a violência machista são estruturais. Disse que precisam entender o caráter macro da situação, mas que caráter micro também importa, e que os pequenos projetos sociais são importantes para salvar vidas. Por outro lado, ressaltou haver projetos em grande escala para combater a violência. Disse que é necessário o exercício da escuta de todos os lados, pois isso é a democracia.

Ayana Omi questionou quem fomenta a violência dentro das periferias e qual a cor do bandido que aparece em rede nacional de televisão. Observou que não são nas periferias que estão os laboratórios de fabricação de armas e de drogas. Lamentou que Luís Flávio Saporì acredite que os negros são os responsáveis pelas suas mortes. Considerou que para a elite branca é fácil culpabilizar os negros e pobres pela situação de violência em que vivem. Observou que em alguns espaços o uso da maconha é aceito e que a sociedade trata com diferença um jovem branco que fuma maconha dentro da universidade de um jovem negro que fuma maconha na Praça Sete. Ressaltou que nesses casos o jovem branco é considerado usuário, e o negro é



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

considerado traficante. Declarou que se sente feliz por estar na universidade e que atualmente existem muitas contribuições negras na academia.

A vereadora **Áurea Carolina** disse que é necessário fazer um esforço para colocar em diálogo áreas que normalmente não se encontram. Considerou importante a ocupação pela população negra dos espaços institucionais e acadêmicos.

12h45min - Intervalo

14h10min - Reabertura dos trabalhos

Composição da mesa:

- vereadora Áurea Carolina;
- o jornalista e educador social Bruno Vieira;
- o subinspetor da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH, José Roberto dos Santos Gonçalves de Meira - subinspetor Meira

14h12min - Apresentação de dança de alunos da Associação Sociocultural Bataca

14h27min - Palestra

Palestrante: subinspetor da GMBH, José Roberto dos Santos Gonçalves de Meira - subinspetor Meira

Síntese da palestra:

O **subinspetor Meira** abordou as políticas preventivas para minimizar o genocídio de jovens. Ressaltou a importância das políticas preventivas de violência para evitar o envolvimento de jovens com a criminalidade ou retirá-los dessa situação, bem como reduzir índices de violência e mortes. Informou as atividades da GMBH atinentes a essas políticas preventivas. Reportou-se ao art. 144 da Constituição Federal - CF - para informar a possibilidade de criação de guarda municipal pelos Municípios. Mencionou que a GMBH existe



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

há quatorze anos e foi composta, inicialmente, por ex-reservistas das forças Armadas; que sua formação era realizada pela Academia da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - e sua atuação era direcionada para a proteção patrimonial em centros Saúde, escolas, estação rodoviária, parques municipais e outros. Destacou a relevância da Lei Federal nº 13.022/14 para a normatização das atividades de guardas municipais no País. Considerou ser a segurança pública dever do Estado e também dos Municípios como entes estatais. Avaliou ser a vida do munícipe também um patrimônio e, por isso, objeto também da proteção patrimonial em que se baseia a atuação da GMBH. Comentou que esse órgão, em sua atuação preventiva e humanitária, realiza diversos projetos, dos quais mencionou seguintes: a) Adote um Músico: desenvolvido pela banda de música da GMBH, em parcerias com escolas municipais, direcionado para jovens de 12 a 16 anos, oriundos de áreas de alta vulnerabilidade social, com a finalidade de promover lições de cidadania e cultura por meio de estudos sobre música - alertou para o risco de envolvimento, com a criminalidade, dos jovens que abandonam a escola; b) Escotismo: atividades de acampamento e reflexões, direcionadas para crianças oriundas de áreas de vulnerabilidade social, com a finalidade de fazê-las respeitar e ajudar próximo; c) Guardiões do Riso: atividades artísticas de música, dança e teatro, realizadas pelos integrantes do projeto em creches e orfanatos, com o objetivo de promover ações interativas de solidariedade; d) Jiu-jitsu no Parque: aulas dessa arte marcial para crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais, sendo abertas ao público no último domingo do mês, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti. O subinspetor Meira comentou que os guardas municipais recebem treinamentos com a finalidade de, além de proporcionar-lhes qualificação profissional, prepará-los para lidar e interagir com o público jovem; bem como cursos sobre ética, direitos humanos e cidadania, para que ofereçam tratamento diferenciado a grupos de pessoas considerados vulneráveis, inclusive direcionados para a conscientização sobre o cuidado com pessoas em situação de rua - comentou ser alto o índice de violência entre esse público e que aproximadamente 90% dele compõe-se de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

afrodescendentes. Informou terem sido ministradas diversas palestras aos guardas municipais sobre racismo institucional e a situação da mulher na sociedade. Quanto ao genocídio da população negra, considerou que existe omissão por parte do Estado em relação a isso e é indispensável a preparação dos guardas municipais em relação a esse tema.

14h27min - Palestra: Políticas Públicas em Defesa da Vida da Juventude

Palestrante: o jornalista e educador social Bruno Vieira

Síntese da palestra:

Bruno Vieira leu um texto escrito pelo psicólogo Hugo Bento, publicado na rede social *Facebook*, na última semana, que trata do tema. Considerou importante, para a criação de políticas públicas direcionadas para os jovens, observar o contexto atual de genocídio da população afrodescendente. Observou que, na definição de formas de construção de políticas direcionadas para a juventude, o racismo institucional faz com que o jovem negro não seja percebido como sujeito de direitos. Reportou-se ao histórico e ressaltou a importância de criação do CRJ no Município. Recomendou que as políticas direcionadas para os jovens não objetivem sua contenção, mas o atendimento de suas demandas, com base na escuta de seus interesses. Salientou ser relevante que essas políticas promovam a interação entre as diversas áreas de governo, inclusive entre as áreas de Educação e Cultura. Avaliou que a falta de articulação entre as políticas públicas e os entes responsáveis por sua gestão faz proliferar o genocídio de jovens negros. Pontuou também as seguintes recomendações para a efetivação das políticas públicas direcionadas para os jovens: compreensão da realidade desse público; garantia da participação juvenil na construção das políticas públicas, não somente nos espaços formais; e enfrentamento ao racismo institucional como forma de combate ao genocídio de jovens negros. Ressaltou a relevância das reflexões sobre o racismo institucional na sociedade.

15h15min - Debate



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em resposta às perguntas, provocações e outras intervenções oriundas do público:

O **subinspetor Meira**, em resposta à pergunta sobre qual seria a forma de extinguir o racismo institucional, considerou importante observar que esse tipo de racismo ocorre em todas as áreas de atuação do Estado e que a omissão do poder público em relação a esse problema contribui para sua evolução. Observou que, na área de Segurança Pública, o fenótipo do criminoso ainda se baseia em traços de pessoas negras e trajas como bermuda e boné, mas, por outro lado, os crimes de maior potencial ofensivo são os conhecidos como de colarinho branco. Considerou relevante o pensamento de que todos são iguais, independentemente do local onde moram, de suas características físicas ou raciais; sobre as formas de cobrar do Estado providências em relação ao genocídio de jovens negros, considerou que, em um Estado democrático de direito, é obrigação dos entes estatais a criação de políticas de prevenção e redução da discriminação de pobres e negros, bem como deve haver, por parte dos movimentos sociais, cobranças do cumprimento desse dever; em resposta ao questionamento de como o fato de cantar o Hino Nacional contribuiria para a formação de um cidadão, observou não ser pertinente querer desenvolver-se em uma Nação sem valorizá-la. Considerou que cantar contribui para o entendimento e a valorização da Nação onde se vive; sobre a indagação a respeito de seu entendimento sobre a reiteração da mulher como vítima, na mídia, observou que a imagem da mulher tem sido banalizada por emissoras de TV. Ressaltou a importância da realização, no âmbito da Segurança Pública, de palestras que valorizem o papel da mulher na sociedade, tendo em vista, inclusive, seu desenvolvimento, cada vez mais crescente, em setores importantes.

Bruno Vieira, respondendo à pergunta sobre como enfrentar o racismo institucionalizado nas políticas públicas, reiterou a importância da interação entre os órgãos envolvidos nessas políticas. Recomendou o reconhecimento de práticas racistas na sociedade, como, por exemplo, priorizar a ocupação, por pessoas não negras, de espaços que lhes geram situação de poder.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Defendeu a valorização dos saberes e práticas cotidianas das ruas, e não sua depreciação em relação aos conhecimentos acadêmicos. Considerou que promover a supremacia do conhecimento acadêmico em relação ao popular gera mais discriminação na sociedade; sobre como criar formas de reivindicar recursos orçamentários para as políticas públicas direcionadas para a juventude, recomendou que essa reivindicação ocorra nas conferências de juventude. Avaliou que, embora considere essas conferências pouco flexíveis, entende serem instrumentos fundamentais para planejar, propor e buscar recursos para a criação das mencionadas políticas. Avaliou que, por ser o tema juventude recente na agenda do Estado, o jovem ainda não é compreendido como um público potencialmente produtor de práticas políticas; quanto à indagação se há possibilidade de promover cidadania em um Estado burocratizado, disse perceber que o jovem é visto pelo Estado não como um cidadão que tem direitos, mas que poderá alcançá-los. Reiterou perceber a falta de sensibilidade por parte do Estado em relação à juventude, por tratar-se de tema novo; referindo-se a protestos do público sobre menções a atos reprováveis praticados por policiais, observou que muitos policiais que reproduzem práticas organizacionais repressivas têm histórico pessoal de exclusão, ou seja, policiais que cometem atos truculentos são, muitas vezes, pessoas que também sofreram violência.

A **vereadora Áurea Carolina** considerou ser o racismo institucional uma realidade nas instituições públicas e ressaltou a importância da discussão desse tema na GMBH. Observou que, em várias instituições que atuam na área de Segurança Pública, essa discussão não ocorre. Salientou que a discussão sobre a abordagem policial justa a todas as pessoas é uma consequência das lutas de movimentos sociais. Observou também que a GMBH tem influências de forças militarizadas e advertiu que a constituição das forças armadas ocorreu em um contexto cultural de eliminação do inimigo.

Após novas intervenções e perguntas apresentadas pelo público, **a vereadora Áurea Carolina** ressaltou a importância de buscar formas de linguagem compreensível no diálogo com os jovens. Esclareceu não considerar que o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

combate ao inimigo por integrante da GMBH seja uma atitude pessoal. Salientou sua intenção de alertar para o risco de esse guarda municipal ser condicionado a essa atitude, em razão de atuar em um contexto institucionalizado. Retornou a palavra aos convidados para novas considerações sobre perguntas e intervenções do público.

O **subinspetor Meira** salientou que, embora possam existir resquícios de militarismo na GMBH, tendo em vista que integrantes das forças armadas participaram de sua composição, essa corporação tem ensinamentos atuais específicos, de acordo com sua cultura institucional, e não é uma corporação militar. Observou que o militarismo não deve ser associado a algo negativo para a sociedade e informou que os militares que iniciaram a composição da GMBH não atuam mais nessa corporação. Respondendo à indagação de como a escolha de profissão contribui para a melhoria da sua condição de homem negro na sociedade, considerou que o conhecimento e a educação que obtém no desempenho de sua função propiciam-lhe a ocupação de novos espaços como homem negro, não necessariamente a escolha de sua profissão. Acrescentou considerar indispensável o investimento do Estado em educação para a diminuição do genocídio de jovens negros e pobres; em relação a considerações sobre a baixa participação dos jovens presentes no seminário, apontou a necessidade de readequar as ações direcionadas para esse público.

Bruno Vieira endossou as manifestações em defesa de linguagens compreensíveis para os jovens e reiterou ser favorável ao diálogo com esse público também por meio de debates informais, nas ruas. Reforçou a importância da reflexão sobre a ocorrência de atitudes, inclusive de pessoas negras, que reproduzem mecanismos racistas. Recomendou que todos estejam abertos a críticas sobre seus atos, no que tange a serem considerados ou não racistas; referindo-se a considerações apresentadas sobre as reformas do ensino médio, observou que elas têm sido efetuadas sem articulação com os interessados e advertiu ser preocupante esse aspecto. Avaliou ser a ausência de discussão com a população um dos problemas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

verificados na criação de políticas públicas e recomendou a interação e união de esforços entre os grupos sociais para enfrentar isso.

16h40min - Encerramento

A **vereadora Áurea Carolina** agradeceu aos palestrantes e aos demais presentes pela participação no seminário e conclamou os jovens a participarem de movimento contra a redução da maioria penal.